

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008805-17.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Distribuidora de Aves Abatidas Zanetti Ltda. Me**
Requerido: **Br Aves Exportação e Transportes Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora cobra da ré quantia em dinheiro pela prestação de serviços de transporte de aves abatidas que fez à mesma sem que recebesse o valor correspondente.

A pretensão da autora está alicerçada em farta prova documental.

De outro lado, a ré em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, além de sequer se manifestar sobre a prova documental amealhada.

Limitou-se a tecer considerações sobre as dificuldades que vem enfrentando no desenvolvimento de suas atividades, a reconhecer parcialmente o débito reclamado e a não esclarecer por qual razão ele não seria devido em sua integralidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz ao acolhimento da postulação vestibular, seja porque a autora demonstrou a contento os fatos constitutivos de seu direito, seja porque a ré não ofertou elementos minimamente sólidos que se contrapusessem a tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 4.077,76, acrescida de correção monetária, a partir da emissão de cada nota fiscal apresentada pela autora, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 29 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**